



Plenário vota hoje regra para doações a campanha eleitoral

Projeto vindo da Câmara dos Deputados permite a doação das empresas privadas às campanhas eleitorais, mas senadores se posicionam contra a medida

Está marcada para as 14h de hoje a votação no Plenário do projeto de reforma política elaborado pela Câmara dos Deputados. O ponto mais polêmico é o que trata das doações para as campanhas eleitorais. O projeto inclui a liberdade de as empresas doarem aos partidos. Na discussão

havida ontem no Plenário, diversos senadores apontaram essa regra como problemática e a relacionaram a escândalos de corrupção. A proposta já passou por uma comissão do Senado, onde foi modificada de modo a impedir que a doação de cada empresa ultrapasse R\$ 10 milhões. **3**



O relator do projeto da reforma política, Romero Jucá, fala no Plenário: controversa, proposta deve ser votada hoje

Waldemir Barreto/Agência Senado

Renan avisa que não devolverá Orçamento de 2016 **5**

Governo desconhece a classe média, aponta debate **2**

Preço de remédio comprado pelos estados varia 500% **4**

CPI apurará contrato entre empresa e entidade esportiva **6**

Vai para Câmara texto que beneficia universitário pobre **7**



Waldemir Barreto/Agência Senado

"A Agenda não será uma carta de intenções", diz Renan na comissão

Comissão da Agenda Brasil escolhe presidente e relator

Foi instalada ontem a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, destinada a analisar os projetos incluídos na Agenda Brasil. Otto Alencar será o presiden-

te; Romero Jucá, o vice; e Blairo Maggi, o relator. A Agenda reúne propostas voltadas à retomada do crescimento e que terão prioridade nas votações do Plenário. **4**

Aéreas recebem críticas por voos para o Norte

Altos preços das passagens e poucas linhas foram alguns dos problemas apontados em audiência pública. Para o senador Jorge Viana, os serviços pres-

tados pelas empresas no Norte não estão à altura do que é oferecido em outras regiões. As companhias pediram uma política de aviação regional. **8**

Procurador: por causa das eleições, governo não evitou problemas fiscais

O procurador do Ministério Público no TCU Júlio de Oliveira afirmou que, em 2014, o governo sabia que a arrecadação estava em queda, mas aumentou as despesas não obrigatórias e desrespeitou a LRF, num momento de "fantasia" devido às eleições. **5**



Pedro França/Agência Senado

Na Comissão de Assuntos Econômicos: Júlio de Oliveira e Delcídio do Amaral



Pedro França/Agência Senado

Emília Maria Curi e Cristovam Buarque na Comissão de Ciência e Tecnologia

Pesquisas estão sendo afetadas por cortes, dizem universidades

O governo assegurou o pagamento de todas as bolsas de pós-graduação da Capes e do CNPq vigentes. No entanto, em debate ontem, as universidades públicas explicaram que os cortes em recursos para pós-graduação têm inviabilizado muitas pesquisas. **7**

Senadores cobram ajuda para centro de biotecnologia **6**

Uso de depósito judicial poderá ter novas regras **2**

Encartado nesta edição, o boletim Monitor Fiscal



Wellington coordena audiência com Souza e Candeas, que frisou que comissão pode ajudar na construção de consensos

É preciso conhecer a classe média, diz dirigente do Ipea

Em debate da Comissão Senado do Futuro, sociólogo afirmou que entender essa parcela da população é importante para a revisão de políticas públicas e permite que o Estado aplique melhor os recursos

POUCO SE CONHECE sobre a classe média brasileira, grupo que reúne milhões de pessoas que ascenderam economicamente nos últimos dez anos e entraram no mercado de consumo. Entender os problemas, as necessidades e anseios dessa parcela da população é o caminho para repensar as políticas públicas do país.

A avaliação foi feita ontem pelo presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sociólogo Jessé Souza, em audiência pública na Comissão Senado do Futuro (CSF) para debater o tema "Impasses e perspectivas da sociedade brasileira".

Um dos projetos estratégicos do órgão é justamente traçar

uma radiografia do Brasil contemporâneo e ajudar a entender o perfil da classe que ele denomina de "batalhadores brasileiros". Conhecer esse público, apontou, permitirá ao Estado aplicar melhor os recursos públicos.

— O que a gente quer saber, quando a gente divide as pessoas por classe, é de que modo elas se comportam, de que modo reagem, qual é seu estilo de vida, seu padrão de consumo — comentou, dizendo que a mera classificação econômica e estatística por faixas de renda não explica nada.

Para o presidente da comissão, senador Wellington Fagundes (PR-MT), o trabalho do Ipea vai ajudar a comissão a

traçar caminhos para melhorar as políticas públicas.

— A gente percebe hoje que está muito difícil para a classe política se aproximar principalmente da classe média.

O ministro Alessandro Candeas, do Itamaraty, propôs que a comissão organize conferências nacionais de planejamento estratégico. Para ele, o colegiado pode colaborar na construção de consensos que ajudem na superação da crise.

— Muitos consensos foram gerados em períodos de crise.

Antes da audiência, a comissão aprovou minuta do projeto que regulamenta o Programa e-Cidadania, que busca possibilitar maior participação do cidadão no trabalho legislativo.

Audidores não querem fim de norma de segurança

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem representantes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). O objetivo da visita foi pedir apoio para que não seja revogada a Norma Regulamentadora 12 (NR-12), que dispõe sobre segurança no trabalho em máquinas e equipamentos. A norma está no Projeto de Decreto Legislativo 43/2015,

de autoria de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

De acordo com a presidente do Sinait, Rosa Maria Campos Jorge, por semana, cerca de 257 trabalhadores são feridos em acidentes com máquinas. Com a revogação a NR-12, esse número pode aumentar, alertou. Segundo o Sinait, entre 2011 e 2013 ocorreram 221.843 acidentes com máquinas (o que representa 17% dos

acidentes de trabalho típicos ocorridos no período).

Renan Calheiros considerou o tema bastante relevante e assegurou aos auditores que pretende consultar os líderes partidários para que encontrem o consenso sobre a proposta, inclusive transformando o debate em uma audiência pública. Participou da reunião o senador Paulo Paim (PT-RS).

Medeiros critica Janot por decisão sobre campanha eleitoral

José Medeiros (PPS-MT) criticou o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, por ter arquivado o pedido de investigação sobre a campanha de Dilma Rousseff nas eleições do ano passado.

— Precisamos dar respaldo e lastro para o MP ter total independência? Precisamos e demos. Agora, não se pode admitir que um julgamento do TSE [Tribunal Superior Eleitoral] seja desdenhado e descredibilizado por uma opinião.



Ann Volpe/Agência Senado

Donizeti afirma que crise do país não é culpa de Dilma

Donizeti Nogueira (PT-TO) afirmou que as dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil são fruto da crise internacional iniciada em 2008.

O senador disse que a retração econômica atinge vários países e que a economia vem crescendo 70% do que crescia nos dez anos anteriores.

— Querer atribuir as dificuldades momentâneas por que passa a economia às decisões tomadas pelo governo federal é uma posição que não se sustenta.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Valadares elogia voto de ministro do STF sobre sistema prisional

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou o voto do ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), em ação que questiona as condições do sistema penitenciário brasileiro.

Entre os argumentos do ministro, o senador ressaltou que os presídios brasileiros são superlotados, insalubres e cenário habitual de tortura e degradação dos prisioneiros. Ele acrescentou que o poder público não cumpre as responsabilidades sobre o assunto.



Ann Volpe/Agência Senado

Projeto buscará resolver impasse sobre uso de depósitos judiciais

A liberação dos depósitos judiciais para o uso dos governos estaduais deve ser tema de um novo projeto de lei, informou Lúcia Vânia (sem partido-GO). A senadora participou de uma reunião com representantes do Banco do Brasil e da Caixa, secretários estaduais da Fazenda, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os senadores José Serra (PSDB-SP), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), Delcídio do Amaral (PT-MS) e José Pimentel (PT-CE).

A Lei Complementar 151/2015, aprovada no Senado em abril e sancionada pela presidente Dilma Rousseff em agosto, estabeleceu um novo indexador para as dívidas de estados e municípios. Um dos dispositivos libera o uso de 70% dos depósitos judiciais pelos estados como receita, em caso de dificuldades de caixa. Mas, como a presidente vetou o prazo que a lei dava para os bancos liberarem o dinheiro, até hoje apenas Goiás conseguiu ter acesso

a esses recursos (R\$120 milhões, no caso).

Durante a reunião, Lúcia Vânia explicou que o problema não tem sido a falta de prazo, mas a resistência do setor jurídico dos bancos.

Os representantes da Caixa, Márcio Percival, e do Banco do Brasil, Valmir Campelo, explicaram que a resistência vem dos tribunais estaduais, pois eles são remunerados pela guarda dos recursos judiciais. O STF analisa uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 5361) da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) contra a Lei Complementar 151. Para a AMB, a norma instituiu um modelo de "empréstimo compulsório".

— Nós, senadores envolvidos na questão, vamos fazer um projeto de lei complementar ou uma medida provisória consertando ou aparando as dúvidas que porventura o setor jurídico dos bancos ainda tenha — explicou a senadora.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CI Produção mineral**
8h30 Leitura de relatório sobre indicações ao Dnit. Após, debate sobre o Departamento Nacional de Produção Mineral.
- CAS Proteção à gestante**
9h O PLC 76/2014, que proíbe o trabalho de gestante ou lactante em atividade insalubre, é um dos itens da pauta.
- CDR Semiárido**
9h O PLS 249/2015, que conceitua o semiárido na área da Sudene, está na pauta.
- CCJ Sabatina**
10h Sabatina do juiz Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, indicado ao STJ.
- PRESIDÊNCIA Santas casas**
10h30 Renan recebe dirigentes da Fenabreve. Às 11h, participa da instalação de comissão de juristas. Às 11h15, sessão temática sobre as santas casas e, às 11h30, sessão do Congresso. Às 14h, ordem do dia. Às 15h, recebe presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.
- AGENDA BRASIL Desburocratização**
11h Instalação da comissão de juristas que vai elaborar anteprojeto de lei para desburocratizar a administração pública.
- CDH Manuais em áudio**
11h Na pauta, o PLS 205/2012, sobre versão em áudio de manuais de instruções.
- PLENÁRIO Sessão temática**
11h Sessão temática sobre santas casas. Às 14h, sessão deliberativa.
- CONGRESSO Sessão temática**
11h Sessão do Congresso para apreciação de vetos e de projetos de lei.
- CMO Orçamento de 2016**
11h Reunião para discutir a Lei Orçamentária de 2016. Às 18h, nova reunião.
- MP 676/2015 Previdência**
14h30 A comissão da MP 676, que trata de planos de benefícios da Previdência Social, faz audiência pública interativa.
- MP 678/2015 Contratação pública**
14h30 Comissão faz audiência sobre a MP, que institui Regime Diferenciado de Contratações Públicas.
- PARLARSUL Reunião**
14h30 Representação Brasileira no Parlasul avalia requerimento e o PLS 35/2010, que isenta máquinas agrícolas do IPI.
- MP 684/2015 Parcerias voluntárias**
15h Instalação e eleição de presidente da comissão da MP, sobre parcerias entre administração pública e organizações.
- MP 685/2015 Litígios tributários**
15h10 Instalação e eleição de presidente da comissão da MP, que institui o programa de redução de litígios tributários.
- MP 687/2015 Reajuste de taxa federal**
15h20 Instalação e eleição de presidente da comissão da MP, que reajusta taxas.
- MP 688/2015 Concessões de energia**
15h30 Instalação e eleição de presidente da comissão da MP, sobre energia elétrica.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Plenário deve votar hoje projeto de reforma política elaborado pela Câmara. Relator defende decisão rápida para que novas regras possam valer nas eleições de 2016

Senadores criticam doação de empresa em eleição

FOI ADIADA PARA hoje, às 14h, a votação do projeto da Câmara que trata da reforma política (PLC 75/2015). A proposta foi discutida ontem por três horas no Plenário e o relator da proposta, Romero Jucá (PMDB-RR), chegou a sugerir que ela fosse votada, mas o presidente do Senado, Renan Calheiros, preferiu adiar a votação.

Entre outros pontos, o projeto permite que empresas e pessoas físicas façam doações às campanhas eleitorais. As pessoas jurídicas, porém, estão autorizadas a repassar recursos só aos partidos. O valor doado é limitado a 2% da receita do ano anterior à transferência do dinheiro até o máximo de R\$ 10 milhões. Cada agremiação pode receber 0,5% do total.

Um grupo de senadores fez críticas ao fato de a proposta não acabar com o financiamento privado das campanhas.

O projeto da Câmara foi alterado por uma comissão especial de senadores. O relator, Romero Jucá, explicou também que, para valer nas eleições municipais do ano que vem, o projeto deve ser sancionado ainda neste mês.

— O que vamos votar é uma reforma infraconstitucional. Vários dispositivos desse projeto já foram votados neste Plenário. Estamos só replicando no PLC 75, porque ele vai retornar à Câmara e será votado direto no Plenário daquela Casa. É importante dizer que, após a Câmara votar, a presidente Dilma terá 15 dias para sancionar ou não. O prazo está bastante curto — alertou Jucá.

“Capenga”

Em alternativa ao projeto, foram apresentados diversos destaques, como recomendações de mudanças. Jorge Viana (PT-AC), que é o presidente da Comissão da Reforma Política, disse que, sem o fim das coligações nas eleições proporcionais e sem impedir as doações das empresas, a reforma política estará “capenga”:



Ronaldo Caiado, Romero Jucá e Dário Berger leem no Plenário durante a sessão que discutiu reforma política por três horas

— As empresas estão privatizando os mandatos. É preciso tirar as empresas do processo eleitoral. A Constituição estabelece que apenas participam das eleições o eleitor, o candidato e o partido político.

O senador apresentou uma emenda que veda ao partido e ao candidato receber direta ou indiretamente doação de pessoa jurídica. A proibição não se aplica aos recursos do Fundo Partidário e ao acesso gratuito ao rádio e à televisão.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), também defendeu o fim do repasse de dinheiro de empresas às campanhas. Além disso, acredita que, após o escândalo da Lava-Jato, as pessoas jurídicas vão frear o ritmo de doações.

— Eu quero fazer uma profecia. Quais serão as empresas

que vão doar para as campanhas do próximo ano? Só aquelas que tiverem relações com prefeituras, porque vão se sentir coagidas — afirmou.

Walter Pinheiro (PT-BA), por sua vez, disse:

— A crise [política] foi instalada a partir deste modelo de financiamento.

Pesquisa de opinião

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) concordou. Segundo ele, todos os escândalos de corrupção desde 1988 tiveram origem no atual modelo.

— Quaisquer outras mudanças são acessórias se for mantido o que foi aprovado na Câmara, sob a batuta de Eduardo Cunha, que [quer] é constitucionalizar o financiamento privado.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-

AM) afirmou:

— Empresa privada não vota, não participa do processo político. Quem participa são cidadãos e somente eles devem ter esse direito. Nós não defendemos financiamento público, mas permitimos que pessoas físicas possam financiar campanhas, como os donos de empresa, dentro de um determinado limite.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) observou que o modelo atual não impõe limites a doações inconsequentes e impensáveis.

Lindbergh Farias (PT-RJ) citou pesquisa do Instituto Datafolha segundo a qual 74% dos brasileiros são contra o financiamento empresarial.

Para Donizeti Nogueira (PT-TO), o ideal seria que todas as doações fossem a um

fundo, aos moldes do Fundo Partidário. Caberia ao Tribunal Superior Eleitoral fazer a distribuição desse dinheiro.

Reguffe (PSB-DF) cobrou mais transparência nas doações. Disse que o eleitor deveria saber de onde vem o dinheiro de cada candidato.

Alto-falantes

Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou que o financiamento não pode ser o tema principal.

Para Jader Barbalho (PMDB-PA), tão importante quanto o fim das doações de empresas são cláusulas para impedir a multiplicação de partidos e as coligações nas eleições proporcionais.

— Há partidos que a gente conhece de algumas figuras carimbadas na vida pública, mas nada além disso. Só para chegar à época da eleição e vender o seu tempo de TV. O sujeito tem um minuto e aquele minuto vale uma fortuna.

Roberto Rocha (PSB-MA) cobrou regras mais claras para a troca de partidos.

Telmário Mota (PDT-RR) criticou restrições às propagandas eleitorais. Cristovam Buarque (PDT-DF) citou o fato de o projeto limitar o uso de alto-falantes, um meio de os mais pobres fazerem campanha.

Fátima Bezerra (PT-RN) lamentou que o Congresso não tenha dialogado com os cidadãos ao elaborar a proposta.

Requião questiona retorno de projeto para comissão

Roberto Requião (PMDB-PR) pediu a nulidade do requerimento que manda de volta para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o PLS 60/2012, que proíbe doações de empresas em dinheiro ou por meio de publicidade a candidatos e partidos. O texto havia sido aprovado na CCJ em 2014. Como a votação foi terminativa, a proposta deveria ter sido enviada à Câmara. No entanto, um recurso foi aprovado e mandou a matéria para o Plenário.

Para Requião, autor do substitutivo à matéria, o envio do projeto de volta à CCJ

é um “absurdo total”. Ele apontou que foi Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) quem requereu que o projeto fosse devolvido à comissão. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) foi quem havia apresentado o recurso para a matéria ir ao Plenário.

— Eu vejo que está se fazendo um esforço enorme para que a matéria não seja discutida no Plenário — disse.

De acordo com Requião, pelo regimento, há apenas três hipóteses para o reexame de uma matéria em uma comissão: quando houver fato novo que possa modificar o parecer proferido, quando

houver omissão ou engano no parecer ou quando a própria comissão julgar necessário o reexame.

Requião afirmou que “não tem nenhum sentido a volta” do projeto para a comissão. Requião lembrou que ele está no Plenário desde o ano passado e nunca foi colocado em discussão.

— Sou favorável ao debate amplo. Peço que a Mesa anule essa decisão e que a matéria seja discutida no Plenário.

Lindbergh Farias (PT-RJ) apoiou Requião. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que analisará a questão.

Viana defende criminalização de caixa dois na política

Jorge Viana (PT-AC) reiterou ontem que as doações empresariais a candidatos e partidos devem ser proibidas e pediu apoio à emenda dele, que torna crime a prática de caixa dois na política, ao PLC 75/2015, que está em votação e altera regras eleitorais. Viana preside a comissão temporária de reforma política.

Para o senador, o fim das contribuições de empresas ajudará a moralizar as eleições, desde que seja fixado também um teto para doações de pessoas físicas.

— Os milionários, os dos esquemas, vão ter dificuldade, e os que fazem a luta partidária por ideal vão ter condição de apresentar propostas.

Wellington anuncia encontro de prefeitos de Mato Grosso

Wellington Fagundes (PR-MT) anunciou o início, ontem, do 32º Encontro de Prefeitos organizado pela Associação Matogrossense dos Municípios.

O principal objetivo do evento é debater o financiamento de obrigações municipais em atividades de educação, saúde, transporte e segurança. Segundo o senador, a falta de dinheiro em caixa fez com que mais de 15% dos municípios do estado descumprisse o percentual máximo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal para recursos a serem destinados ao pagamento de servidores.



Ano Volpe/Agência Senado

Municípios pedem apoio a Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem representantes da Frente Nacional de Prefeitos, que pediram apoio na busca de investimentos e recursos para pagamento de dívidas.

Eles disseram que vários municípios se propõem a contratar operações de crédito externo, mas não conseguem concluir os empréstimos, o que compromete obras em andamento.

A frente solicitou que Renan

negocie com o Executivo a análise e a liberação dessas propostas de operação de crédito o mais rápido possível.

O presidente do Senado se comprometeu a buscar alternativas com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para a solução do problema.

Em junho, Renan já havia promovido um encontro com prefeitos, no Senado, para discutir meios de enfrentar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos municípios.



Ao lado de Raimundo Lira (E), Otto Alencar assume a presidência da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional

Instalada comissão para analisar a Agenda Brasil

Objetivo do colegiado é reunir e examinar projetos estratégicos para a retomada do crescimento. Textos serão enviados em regime de urgência ao Plenário e terão prioridade nas votações do Senado

AGENDA BRASIL

O SENADO INSTALOU ontem a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, criada para examinar os projetos da Agenda Brasil, que terão votação prioritária no Senado. A comissão será presidida por Otto Alencar (PSD-BA) e terá Blairo Maggi (PR-MT) como relator. O primeiro vice-presidente será Romero Jucá (PMDB-RR).

Presente à instalação da comissão, o presidente do Senado, Renan Calheiros, sugeriu a criação de sub-relatorias no colegiado, como forma de dar agilidade às discussões e à votação dos projetos de lei. Os sub-relatores serão indicados após entendimento entre as lideranças partidárias.

Indicado pelo bloco do PMDB, Otto Alencar cobrou dos colegas o interesse necessário para a obtenção de quórum qualificado nas reuniões do colegiado.

Romero Jucá pediu pressa no exame dos projetos, dada a necessidade de melhorar o ambiente econômico, dar segurança jurídica e recuperar a confiança dos agentes econômicos no Brasil.

Blairo Maggi disse que a comissão não tem prazo para acabar, pois vai enfrentar “uma tarefa hercúlea”. Ele lembrou que as propostas que já tramitam em outras comissões podem ser encaminhadas ao colegiado.

— Os projetos que forem considerados estratégicos pelos parlamentares ou pela comissão serão puxados, discutidos aqui e irão a Plenário com regime de urgência.

Lindbergh Farias (PT-RJ) expressou apoio à comissão, mas cobrou o cumprimento do critério da proporcionalidade partidária na indicação dos membros.

Humberto Costa (PT-PE) disse que a criação de comissões especiais deve se impor em situações excep-

cionais, mas sem interferir no andamento normal do processo legislativo e no trabalho das demais comissões permanentes. Ele também observou que o critério da proporcionalidade entre os blocos partidários não foi levado em conta na formação da comissão.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu objetividade nos trabalhos. Para ele, o colegiado deve manter uma pauta mínima, visto que o país reclama uma contribuição rápida e clara contra a crise.

— A agenda do desenvolvimento nacional é muito

ampla e nós podemos ficar aqui numa discussão interminável. Temos a experiência da comissão da reforma política. Cada um tinha uma reforma política na sua cabeça. Ficamos discutindo a contribuição de cada um e perdemos muito tempo nisso. O país está aí a esperar do Congresso a sua contribuição — afirmou o parlamentar.

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a adoção de um método para dar andamento às atividades, de modo a não interferir na autonomia dos demais colegiados em funcionamento na Casa.

Para Renan, superação da crise exige sensatez, serenidade e propostas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem, na instalação do colegiado, que a crise atual não é apocalíptica, mas exige sensatez e serenidade em busca de saídas. Para ele, os ciclos históricos de maior gravidade não comportam omissões e a inércia é atalho para a ruína de uma nação.

Renan lembrou que foi um crítico do ajuste fiscal como um fim em si mesmo, mas que sempre defendeu a qualificação das medidas com uma agenda para o país.

— [A Agenda Brasil] se propõe a ser um roteiro orientador, despersonalizado, onde todos terão contribuições relevantes a fazer.

O senador disse ainda que a Agenda desautoriza devaneios políticos.

— Não sou governista, não sou oposicionista, sou presidente de uma instituição que deseja fazer parte e ser facilitadora de uma saída para o Brasil. Esta não é uma tentativa de aproximação política com ninguém, mas de afastamento da crise.

Segundo Renan, os novos tempos não acolhem disputas, intrigas e divisões, e mo-

dular a crise que pune toda a nação, chefes de família e trabalhadores em busca de dividendos políticos é impatriótico.

— Tiro, porrada e bomba, para utilizar uma expressão tão contemporânea da música brasileira, não reerguem nações.

Renan ressaltou ainda que a saída da crise econômica não passa pela criação ou elevação de impostos.

— A sociedade está no limite. Cabe ao governo cortar seus gastos, vender ativos, reaquecer a economia, criar política de estímulo ao emprego e ao investimento. A Agenda Brasil não pode ser uma carta de intenções. E não será uma carta de intenções — disse.

Sobre o déficit de R\$ 30,5 bilhões previsto para o Orçamento da União de 2016, Renan avaliou que cabe ao governo propor soluções e não esperar que o Congresso resolva o problema.

— Cabe-nos propor saídas para o Brasil, orgânicas, suprapartidárias, mas colocando o interesse nacional efetivamente em primeiríssimo lugar.

Estados chegam a pagar 500% a mais por droga contra fibrose cística

A diferença nos preços cobrados dos governos estaduais pelo mesmo medicamento para a fibrose cística foi denunciada na audiência pública de ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Secretarias chegam a pagar 500% a mais do que outras.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a reunião, prometeu acionar o Tribunal de Contas da União (TCU):

— Não é possível admitir o mesmo medicamento por preços tão diferentes. Isso é desperdício, falta de controle nas contas.

A fibrose cística, doença genética e rara, aumenta a produção de muco pelo corpo, causando acúmulo de secreção espessa e problemas especialmente no pulmão e no pâncreas. O SUS oferece gratuitamente um remédio pulmonar e duas enzimas pancreáticas.

Entretanto, os portadores consideram as opções disponíveis ínfimas, já que hoje existem cerca de 40 medicamentos autorizados no país. Isso tem levado as associações de fibrocísticos a recorrerem à Justiça e é nessa judicialização que ocorrem casos de corrupção, denunciaram os participantes.

De acordo com Fernando Gomide, da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose (Abram), o Distrito Federal tem sido prejudicado com o que chamou de “intermediação” na aquisição desses medicamentos cuja compra é autorizada após processo judicial. Enquanto Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul pagam de R\$ 12 a R\$ 14 por um dos remédios, o Distrito Federal o tem adquirido de um distribuidor por R\$ 73. Ele defendeu a compra direta do laboratório, para evitar fraudes.

— Isso é caso de polícia. Temos que prender quem está desviando — disse.

A sugestão para o pedido de auditoria feita a Ana Amélia partiu da procuradora-geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, Cláudia Pereira, que acompanha os processos movidos pela associação para a aquisição dos medicamentos ainda não garantidos pelo SUS. Ela citou ações vitoriosas que garantem mais opções de tratamento aos portadores brasileiros de fibrose cística e outras doenças raras, mas que são ignoradas pelos gestores da saúde local, que, em sua opinião, precisam sofrer as devidas sanções.



A senadora Ana Amélia fala durante a audiência pública sobre fibrose cística

Desemprego é maior que o dado oficial, diz Ataídes

Para Ataídes Oliveira (PSDB-TO), diante do déficit de R\$ 30,5 bilhões previsto no Orçamento 2016, as agências internacionais deverão rebaixar a nota de crédito no país, o que reduzirá os investimentos.

A situação, disse, agravará o desemprego, que, na avaliação dele, atinge 29 milhões de brasileiros, e não apenas os pouco mais de 8 milhões indicados pelos dados oficiais.

Segundo Ataídes, a solução está no equilíbrio das contas públicas:

— Tem que vender ativos. Baixar a taxa de juros. E aí incentivar os nossos produtores e a nossa indústria.

Alvaro questiona critérios de cálculo do governo federal

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que os critérios do governo para calcular o índice de desemprego no país são tendenciosos, fantasiosos e mascaram a realidade. Pelo IBGE, disse, o país tem 92 milhões de empregados, pouco mais de 8 milhões de desempregados e 63 milhões de pessoas “fora da força de trabalho”.

— São critérios que não retratam a realidade do dia a dia. Não é uma metodologia consistente — avaliou.

Para Alvaro, o país tem 71 milhões de desempregados, ou seja, 45% da população com trabalho e 55%, sem.

— Um cenário dramático, que se alarga com a crise.



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Ana Volpe/Agência Senado

“Governo viveu fantasia financeira na eleição”

De acordo com procurador da República no TCU, administração federal agiu com dolo ao elevar gastos públicos em 2014 mesmo sabendo que arrecadação estava em baixa

DE ACORDO COM o procurador do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU) Júlio Marcelo de Oliveira, o governo sabia que a arrecadação estava em queda em 2014, mas ainda assim aumentou as despesas não obrigatórias por causa da eleição presidencial, desrespeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

— O governo viveu um momento de fantasia e enfrentou a realidade depois da eleição. Os gastos com o Fies [financiamento estudantil] deram um salto de 2013 para 2014. Trata-se de uma despesa meritória, pois é um programa maravilhoso. Mas precisa de sustentação financeira. Como que o governo aumentou essas despesas num contexto de arrecadação em queda? Justamente pelas pedaladas financeiras.

Oliveira falou ontem numa audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que tratou das pedaladas fiscais, manobras contábeis usadas pelo governo para fechar as contas públicas no azul.

O procurador ressaltou que



Delcídio do Amaral (D) conduz a audiência pública sobre as manobras do governo nas contas públicas de 2014

a LRF proíbe práticas danosas, frequentes no passado, quando União, estados e municípios tinham gastos ilimitados especialmente em anos eleitorais.

— A premissa básica da lei é o realismo e o governo não foi realista. O governo é o senhor desses dados. Essa mudança repentina de agosto para novembro revela um dolo evidente. Não dá para imaginar que o governo desconhecia a realidade.

Entre os desvios apontados pelo secretário de Controle Externo da Fazenda Nacional no TCU, Tiago de Gouveia Dutra, sobressaiu a subavaliação da dívida líquida do setor públi-

co em mais de R\$ 40 bilhões em 2014. O fato levou a uma superavaliação do resultado primário das contas públicas superior a R\$ 10 bilhões e a R\$ 7 bilhões, respectivamente, em 2013 e 2014.

— A decisão do tribunal foi no sentido de determinar ao Banco Central que registrasse na dívida líquida do setor público os passivos da União em instituições financeiras e no FGTS e refizesse o cálculo do resultado primário de 2013 a 2014, além de publicar o impacto dos adiantamentos concedidos pela Caixa na dívida líquida do setor público e nos resultados primário e nominal

de 2014 — afirmou Dutra.

O TCU rejeitou as contestações da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria do Banco Central e agora está debruçado sobre outros dois recursos do governo. Dezesete pessoas da administração federal poderão ser chamadas a apresentar defesa no caso.

O secretário de Macroavaliação Governamental no TCU, Leonardo Albernaz, disse que foram encontradas 18 “distorções” no balanço geral da União no período. Como exemplo, citou a ausência do Anexo de Metas e Prioridades do governo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014:

— Só o Programa de Aceleração do Crescimento e o Brasil sem Miséria foram colocados como prioridades e metas. Mas são programas amplos, o que dificulta a ação de controle do Legislativo sobre o Executivo, já que podem ser modificados sem que o Congresso seja ouvido previamente.

Albernaz afirmou que a avaliação do governo não indicava entre fevereiro e novembro de 2014 a necessidade de contingenciamento de recursos frente ao risco de não cumprimento da meta fiscal. Segundo ele, a meta era de R\$ 39,2 bilhões, mas em agosto o governo só tinha conseguido alcançar R\$ 356 milhões — menos de 1%.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse também crer que as correções tentadas pelo governo na economia e nas finanças só ocorreram após a eleição.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou não ser possível cobrar do TCU a responsabilidade por elaborar um relatório que possa dar margem ao impeachment da presidente.

— A interpretação vai ser nossa — argumentou.

Senadores criticam Executivo por pedaladas fiscais

A política fiscal do governo sofreu duras críticas na audiência da CAE. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou que foi feito “um pacto com o diabo” para garantir a reeleição da presidente Dilma. Agora, segundo ele, é hora do acerto. Para o senador, o governo fez uma verdadeira “orgia fiscal”.

— E o coroamento disso é o Orçamento que acaba de chegar, mostrando que o governo não tem recursos para honrar seus compromissos.

Waldemir Moka (PMDB-MS) disse que, se um governa-

dor fizesse com as contas do estado o que o governo federal fez, seria “duramente punido”.

Álvaro Dias (PSDB-PR) lamentou a interferência política nas cortes de contas do país e sugeriu a realização de concursos públicos para a seleção de ministros e conselheiros de contas nos tribunais.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu “cuidado com as palavras, porque as contas do governo ainda não foram julgadas”. O procurador Júlio de Oliveira explicou que as pedaladas fiscais já foram ava-

liadas e constatadas pelo TCU.

Lúcia Vânia (sem partido-GO) disse que o Senado não demonstrou “agilidade suficiente” para acompanhar essa questão. Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs o desmembramento da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), criando um colegiado com foco apenas em acompanhar contas públicas.

Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a análise técnica do TCU deverá subsidiar a análise política de contas pelo Congresso.

Bezerra quer prazo para mudanças na meta de superávit primário da LDO

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) defendeu projeto dele que estabelece prazo até julho para que o presidente da República possa requisitar ao Congresso alteração na meta de superávit primário prevista na LDO (PLS 165/2015 — Complementar). O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), se comprometeu a colocar o texto em votação na próxima semana.

Para o procurador Júlio de Oliveira, a sugestão de Bezerra

“é indutora de maior responsabilidade”. Em resposta a Blairo Maggi (PR-MT), Oliveira negou que o país esteja “no fundo do poço”, mas considerou fundamental o resgate de princípios de responsabilidade fiscal.

José Pimentel (PT-CE) disse que o Executivo tem prestado os esclarecimentos exigidos e observou que o TCU aprovou sem ressalvas, por exemplo, contas do Programa de Sustentação do Investimento, do BNDES.

Renan descarta devolução do Orçamento de 2016

Os líderes da oposição no Senado e na Câmara pediram ontem ao presidente do Congresso, Renan Calheiros, a devolução da proposta de Orçamento de 2016, enviada pelo governo. O projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) prevê para o ano que vem um déficit de R\$ 30,5 bilhões.

Renan afirmou que não pode, enquanto chefe de um Poder, devolver o Orçamento. No entanto, aceitou ser o interlocutor entre o Legislativo e o Executivo para obter um aditamento da proposta.

— Evidente que é o Congresso quem vai apreciar, apresentar emendas, aprovar ao fim e ao cabo o Orçamento de 2016, mas cabe ao governo propor caminhos para solução

do déficit fiscal.

A presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), também descartou a possibilidade de devolução da peça. Para ela, sem a existência de uma Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor, o governo não tem obrigação de respeitar uma meta na elaboração da proposta. Além disso, o governo pode modificar o texto até o início da votação do relatório preliminar.

— Não existe a exigência que o Orçamento venha com superávit ou com déficit. É uma tarefa do Executivo mandar para cá e nós de apreciarmos a peça — disse Rose.

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), defendeu a

devolução, para que a proposta do governo já definisse os cortes. Já o líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), ressaltou que a atribuição de elaborar o Orçamento é do Executivo, cabendo ao Parlamento apenas aperfeiçoar a proposta.

— Não cabe ao Congresso a função de cortes no Orçamento, cabe à presidente da República identificar os cortes e a fonte financiadora — afirmou.

José Agripino (DEM-RN) defendeu a votação do Orçamento sem alteração, caso o governo não re faça a proposta.

O aditamento do Orçamento foi pedido também por deputados, como Bruno Araújo (PSDB-PE), líder da oposição na Câmara, e Rubens Bueno (PPS-PR).

Tasso: Dilma tem cada vez menos condições de conduzir o Brasil

Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse ontem que Dilma Rousseff tem cada vez menos condições de conduzir o país. Para o senador, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, tem sido “desmoralizado” pelo governo, num processo que aumenta a desconfiança do mercado e agrava a crise.

— Não é possível que o governo, enfraquecido, impopular, com contas em pandarecos, faça um processo de deterioração do seu próprio governo, ao tirar a autoridade do ministro da Fazenda.



Ano Volpato/Agência Senado

Para Ana Amélia, déficit reflete incompetência

Ana Amélia (PP-RS) afirmou em Plenário que a proposta do Orçamento para 2016 com previsão de déficit reflete a incompetência do governo. A senadora falou ainda sobre a crise federativa, com aprofundamento das dificuldades da União, dos estados e dos municípios.

— A grave situação das contas públicas federais, estaduais e municipais só será superada com reformas urgentes, focadas na solidariedade federativa. Aumentar imposto e tentar ressuscitar a CPMF não são soluções adequadas, porque é o povo que paga a conta.

Com o foco em “moralizar o futebol”, Romário requer documentos sobre contratos da General Motors com a Federação Paulista e processos relativos a entidades de todos os estados e do Distrito Federal

CPI do Futebol investigará patrocínio a federações

O CONTRATO DE patrocínio entre a Federação Paulista de Futebol (FPF) e a General Motors do Brasil será investigado pela CPI do Futebol. O requerimento que solicita o documento, aprovado ontem, é de Romário (PSB-RJ), presidente da comissão.

Outro requerimento acatado pede a relação de contratos da FPF com entidades privadas firmados entre 2005 e 2015.

O senador lembra que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) era patrocinada pela Volkswagen até o ano passado. Quando Marco Polo Del Nero deixou a presidência da Federação Paulista e assumiu a CBF, a General Motors passou a patrocinar a entidade máxima do futebol brasileiro.

Para Romário, a coincidência é um dado no mínimo “curioso”, e que, “neste momento de ampla investigação de denúncias de irregularidades”, não pode deixar de ser apurado.

— Eu não tenho nada pessoal contra Del Nero, contra ninguém. A minha obrigação aqui é fazer com que CPI ande e colabore para a melhora do futebol — declarou o senador.

Outro requerimento apro-



Romário: ascensão de dirigente regional à CBF coincide com mudança de patrocínio

vado pede a cessão de um auditor de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU) para auxiliar nos trabalhos de investigação da CPI. A comissão também aprovou uma série de requerimentos destinados aos procuradores-gerais de Justiça dos estados e do Distrito Federal, pedindo informações sobre eventuais processos relacionados às federações de futebol.

— O foco é moralizar o futebol — afirmou Romário.

A CPI ainda decidiu convidar o vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo, Leonardo Andreotti Paulo de Oliveira, para falar sobre

o aperfeiçoamento da Justiça Desportiva brasileira. O autor do requerimento, Gladson Cameli (PP-AC), destacou o vasto conhecimento “sobre Justiça Desportiva em âmbito nacional e internacional” do convidado, coordenador da pós-graduação em direito desportivo da Escola Superior de Advocacia, em São Paulo.

Segundo Gladson, a explanação sobre direito comparado e a experiência do convidado “em muito poderá contribuir com os trabalhos de investigação da CPI, podendo, ainda, fornecer subsídios para o aprimoramento da legislação brasileira”.

Cigarro poderá ser proibido em parques, estádios e ginásios

Foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE) projeto que amplia o rol de restrições da Lei Antifumo. O texto proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos e outros produtos semelhantes nos parques infantis e espaços usados para a prática desportiva profissional ou amadora, sejam eles abertos ou fechados.

Ao justificar a proposta (PLS 344/2013), o ex-senador Paulo Davim, autor do projeto, esclareceu que a ideia é impedir que as crianças fiquem expostas ao fumo nos locais que frequentam.

“Da mesma forma, a proibição do cigarro nos espaços esportivos visa preservar a

saúde dos praticantes e frequentadores de espetáculos dessa natureza”, argumenta Davim.

Para a relatora, Ângela Portela (PT-RR), o projeto também é útil para evitar que, em decorrência da presença de adultos fumando ao redor, as crianças sejam estimuladas, pelo exemplo, ao uso de cigarro. A senadora apresentou uma emenda ao projeto definindo como parques infantis os playgrounds ou áreas dotadas de brinquedos dedicadas exclusivamente ao entretenimento de crianças.

O projeto ainda passará pelas Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS).

Pesquisador da cura do autismo deve vir ao Senado em outubro

O biólogo e professor Alyson Muotri, integrante de equipe de pesquisadores que testa método de alteração de neurônios considerado promissor para cura do autismo, deve participar de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), marcada para 22 de outubro.

Autor do requerimento do debate, Hélio José (PSD-DF) informa que Muotri é brasileiro, trabalha no Salk Institute, nos Estados Unidos, e virá a Brasília para atividades pro-

movidas pela Humane Society International.

Também foram aprovados um requerimento de Hélio José para debate sobre a municipalização da comunicação por meio das emissoras comunitárias de rádio e televisão, das TVs universitárias e do Canal da Cidadania e outro de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), propondo audiência para discutir o PLS 200/2015, de Ana Amélia (PP-RS), que define regras para pesquisas clínicas em seres humanos.

Debate aponta problemas de centro de pesquisas

As Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Ciência e Tecnologia (CCT) discutiram segunda-feira em Manaus a situação do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA).

Inaugurado há 13 anos, ainda não tem personalidade jurídica necessária ao seu desenvolvimento, segundo Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que coordenou o debate na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Os resultados do encontro serão encaminhados à presidente Dilma Rousseff nesta semana. Segundo a senadora, nenhuma medida efetiva foi



Raupp (2º à esq.) e Vanessa (2ª à dir.) no encontro na Suframa, em Manaus

tomada para a autonomia do centro, apontado por ela como estratégico para o desenvolvimento da Amazônia.

Desde junho, o ministro de Desenvolvimento, Armando Monteiro, incluiu o Inmetro na gestão da instituição com

a Suframa, em convênio com duração de dois anos, prorrogável por igual período.

— A participação do Inmetro foi a melhor alternativa possível para o momento, mas é provisória — afirmou a senadora.

Para Valdir Raupp (PMDB-RO), presente ao encontro, o Brasil perde com a impossibilidade de pesquisas em biotecnologia na Região Norte.

— Considero a transferência de recursos para o CBA de fundamental importância.

Colaboraram para o debate o secretário de Inovação do Ministério de Desenvolvimento, Marcos Vinícius de Souza; o secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, Eron Bezerra; e o diretor do Centro de Apoio Multidisciplinar da Universidade Federal do Amazonas, Spartaco Astolfi Filho.

Vanessa Grazziotin lamenta morte do general Jaborandy

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou a morte do general do Exército José Luiz Jaborandy Júnior, brasileiro que chefiava a missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti desde março de 2014. O general tinha 57 anos e morreu de infarto fulminante no domingo durante viagem a Manaus, onde encontraria a família e conheceria a neta.

— Seu falecimento nos priva de um brasileiro que deu contribuição sobre o papel das Forças Armadas na manutenção da paz.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Corte de verba em pós-graduação já afeta pesquisas, dizem universidades

Apesar da crise que afeta a educação, representantes do governo afirmaram que bolsas da Capes e do CNPq não serão cortadas

APESAR DE TER assegurado o pagamento de todas as bolsas de pós-graduação vigentes, o governo determinou cortes de recursos que já comprometem a continuidade de pesquisas nas universidades públicas, segundo ficou constatado no debate realizado ontem na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

De acordo com Henrique Luiz Cukierman, pró-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o orçamento deste ano para programas de pós-graduação da instituição será 75% menor que o de 2014. O corte, afirmou, afeta desde o custeio de experimentos até a participação de pesquisadores em encontros científicos.

— Entramos numa situação angustiante. Todas as pesquisas de campo estão suspensas, o que é um prejuízo imenso para a produção de conhecimentos.

As dificuldades se repetem na Universidade de Brasília (UnB), como relatou Jaime



Cristovam Buarque (4º à esq.) coordena a audiência pública, ao lado de representantes do governo e das universidades

Martins de Santana, decano de Pesquisa e Pós-Graduação da instituição. Ele apontou prejuízos decorrentes de cortes de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

— O FNDCT perdeu 28%. Passamos de R\$ 4,5 milhões para R\$ 3,2 milhões. Isso tem um impacto extremamente negativo no financiamento da pesquisa que é feita nas universidades e nos institutos de pesquisa — disse.

Marcio de Castro Silva Filho, diretor da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), afirmou que não haverá cortes de repasses aos bolsistas da instituição.

Também estão garantidas as bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), conforme Emília Maria Silva Ribeiro Curi, secretária-executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia:

— A prioridade será honrar os projetos contratados e o pagamento dos bolsistas — disse. Segundo Cristovam Buarque

(PDT-DF), Lasier Martins (PDT-RS) e José Medeiros (PPS-MT), não há justificativa aceitável para o corte de recursos. O senador Hélio José (PSD-DF) lembrou a nova dificuldade colocada ao Congresso pelo Executivo por causa do déficit de R\$ 30 bilhões no projeto do Orçamento de 2016:

— Com essa possibilidade de ter que cortar, como vamos fazer? Sacrificar o pouco que já se tem de investimento na área científica? Não tem a mínima condição.

Proposta sobre assistência a universitário vai para a Câmara

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem, em turno suplementar, texto substitutivo a projeto de lei que cria a Política de Assistência Estudantil, destinada a unificar e tornar perenes, sem riscos de interrupção, programas do Ministério da Educação e das instituições federais de ensino na área de assistência a estudantes universitários regularmente matriculados.

Um dos objetivos é evitar a evasão na educação superior, que hoje alcança um quinto dos alunos que ingressam nas universidades federais. Os programas incluem moradia estudantil, alimentação e trabalho, além de atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e acessibilidade para estudantes com deficiência.

O relator da matéria, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apresentou substitutivo ao projeto de lei PLS 214/2010, de Paulo Paim (PT-RS), que tramitava em caráter terminativo. Autor e relator negociaram o texto do substitutivo com o Ministério da Educação.

O texto original previa a criação de uma Bolsa de Permanência Universitária, no valor de um salário mínimo, destinada aos universitários

de baixa renda matriculados em instituições federais. Para se habilitar, o estudante teria que participar de estágios supervisionados.

O substitutivo adota o texto do Decreto 7.234/2010, que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), sem prever obrigação de pagamento fixo de valores. Porém, autoriza que a assistência estudantil possa ser acumulada com outras modalidades de bolsa e exigir contrapartida de exercício de atividades de natureza acadêmica.

Randolfe salienta que universidades já adotam a fórmula da chamada Bolsa Permanência, um auxílio financeiro que tem o objetivo de minimizar as desigualdades sociais e étnico-raciais.

— Mas todas essas políticas são reguladas por decreto e portaria, o que gera uma grande insegurança — explicou o relator.

Caberá ao Ministério da Educação e a cada instituição definir a metodologia de seleção dos estudantes, mas tendo como orientação dar prioridade aos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, aos indígenas, aos quilombolas e aos que estão no meio rural.

Educação física pode ter mínimo de 2 horas por semana em colégio

A carga horária semanal obrigatória para a prática de educação física no ensino fundamental e médio deve ser de pelo menos duas horas. É o que estabelece projeto (PLS 249/2012) de Eduardo Amorim (PSC-SE) aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Para o senador, o descaso com o ensino de educação física nas escolas justifica a medida. O autor observa que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), desde 1996, deixou de determinar a carga horária mínima para a disciplina — as demais têm previsão de carga, de acordo com a série.

A proposta ganhou aval da comissão exatamente no Dia do Profissional de Educação Física. Como recebeu decisão terminativa, seguirá para a Câmara, a menos que haja recurso para votação em Plenário.

Na justificativa do projeto, Amorim diz que houve um enfraquecimento da disciplina com o fim da carga horária mínima. Segundo ele, a matéria sempre enfrentou resistência no meio acadêmico, mas contava antes com “a capa protetora da obrigatoriedade”.

“Assim, apesar dos benefícios da educação física, os professores da disciplina sempre tiveram que se preocupar em demonstrar para os pais, para

o corpo docente e até mesmo para os alunos sua finalidade e sua importância para a sociedade”, salienta.

O relator, Romário (PSB-RJ), destacou a importância da fixação da carga, diante do caráter essencial da disciplina e do preconceito do qual a educação física ainda costuma ser alvo. Ele pediu a aprovação também como homenagem aos profissionais da área, na data comemorativa.

Prevaleceu na comissão o entendimento de que a imposição da carga horária não causará prejuízo aos currículos. O sentido da homenagem aos profissionais também motivou a aprovação unânime.

Antes, haviam sido manifestados receios de que a medida pudesse contribuir para o “engessamento” do sistema curricular, parcialmente montado pelas próprias escolas.



Autor do projeto, Eduardo Amorim salientou os benefícios da atividade

Projeto busca divulgar na escola a legislação sobre direitos sociais

Leis que dão suporte ao sistema de garantias sociais e de proteção à dignidade das pessoas devem ficar mais próximas da vida dos estudantes das redes municipais, estaduais e federais de ensino. Nas escolas, em locais de fácil acesso e visibilidade, eles deverão contar com ao menos dois exemplares dos Estatutos da Criança e do Adolescente (ECA), da Juventude e da Igualdade Racial, entre outras normas. Uma emenda incluiu no texto o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei Maria da Penha.

É o que estabelece projeto de lei (PLS 325/2015) de Donizeti Nogueira (PT-TO) aprovado ontem pela Comissão de Educação e Cultura (CE). Agora a proposta seguirá para a Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde terá decisão final.

Para o senador, os estudantes precisam se aproximar dessas leis desde muito cedo. Assim, avalia, todos terão mais chances de se tornarem cidadãos conhecedores de seus direitos e deveres.

Dia do Educador Físico é lembrado por Marcelo Crivella

O Dia do Professor de Educação Física, comemorado ontem, foi lembrado por Marcelo Crivella (PRB-RJ). Ele defendeu a aprovação de projeto que obriga as escolas do ensino fundamental de terem, em seus quadros, professores da disciplina.

O senador lembrou que a atividade física equilibra mente e corpo e desperta o amor pelo esporte.

Para Crivella, é importante valorizar os professores de educação física, especialmente neste momento em que o Supremo Tribunal Federal julga processo que pode significar a liberação do porte e consumo de pequenas porções de drogas.

— O professor pode incutir amor pelo esporte. Pode desenvolver sua índole e sua educação para cada uma das modalidades.



Crivella ressaltou a necessidade de valorizar os profissionais da área

Senadores criticam voos para o Norte

Parlamentares reclamaram dos altos preços das passagens e de poucas linhas. Empresas negaram cartel e pediram política de aviação regional

PREÇOS ABUSIVOS NAS passagens, taxas de remarcação acima da média de mercado e indícios de cartelização do setor aéreo na Amazônia foram temas debatidos em audiência pública ontem na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Para Jorge Viana (PT-AC), que pediu e presidiu o debate, os serviços prestados pelas aéreas no Norte não estão “à altura” do que é oferecido aos para as demais regiões. Ele reclamou dos horários dos voos que atendem a região (pela madrugada), especialmente o Acre, e da ausência de linhas diretas para outros centros:

— Isso prejudica demais o turismo para o Acre. E isso num cenário em que aumentou muito o número de passageiros nos últimos anos.

O senador receberá planilhas detalhadas das empresas em relação à política de custos, tarifas e preços que praticam. Acredita que esse será um início de diálogo envolvendo as companhias, o governo, o Senado e os Procons.

Viana mostrou passagens compradas por consumidores na mesma época, no ano passado, demonstrando que voos Brasília-Tóquio, ida e volta, custaram R\$ 1,3 mil. Já um voo Brasília-Rio Branco saiu por mais de R\$ 3 mil.

Observou também que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado nos estados do Norte é condizente com o do restante do país. Em alguns casos, disse, o imposto é até mais barato do cobrado em São Paulo e em outros estados do Sudeste e Sul. Ele questionou ainda a política de preços que faz com que o combustível nos voos para o Norte saia mais caro.

Para Viana, existem indícios



Viana, que pediu a audiência, acredita que debate dá início a diálogo entre governo, Senado e empresas para melhorias

de cartelização por parte da Gol e da TAM. Ele mostrou exemplos de preços coincidentes em diversas linhas, “quase sempre muito caras”, inclusive nas promoções.

Diversos senadores da região também participaram da audiência. Telmário Mota (PDT-RR) citou indícios de cartel praticados pelas empresas em Porto Velho.

Sandra Braga (PMDB-AM) reclamou do fechamento de linhas da Azul no Amazonas. Para Blairo Maggi (PR-MT), o país é vítima da ausência de uma verdadeira política de aviação regional.

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e Vanessa Graziottin (PCdoB-AM) reclamaram da ausência de voos diretos para os respectivos estados e criticaram o preço “altíssimo” das passagens.

Infraestrutura

O representante da TAM, Basílio Dias, argumentou que os preços têm como parâmetros a cobrança do ICMS em cada

estado, o atraso em infraestrutura aeroportuária na região, o gasto com combustível e as tarifas do governo.

— Um dos problemas é realmente a ausência de uma política de aviação regional. Para fazer a linha Brasília-Buenos Aires, por exemplo, eu não preciso pagar ICMS — disse, como justificativa para o fato de muitos voos internacionais serem mais baratos que os interestaduais.

O funcionário da TAM garantiu que enviará aos senadores planilha com a política de preços, mas reclamou dos recentes reajustes nas tarifas aeroportuárias.

Ele citou também, em relação a Rio Branco, que as obras no aeroporto, desde 2006, são a principal razão para os voos serem de madrugada.

Para Viana, as razões apresentadas não justificam o fato de o preço das passagens para o Norte ser “o dobro ou o triplo” do praticado nas demais regiões.

O representante da Gol,

Alberto Fajerman, concordou que o déficit em infraestrutura encarece a operação e defendeu a “livre concorrência” dos preços.

— Sou de uma época em que os preços das passagens eram muito mais caros e não era tão comum ver voos lotados todo o tempo — disse.

Quanto à ocorrência de cartelização, a prática foi negada pelos representantes das aéreas.

Em resposta a Sandra Braga, Renato Covelo, da Azul, informou que o fechamento das linhas regionais no Amazonas se deu devido ao déficit de infraestrutura em diversos aeroportos do interior.

— Temos esperança de que o fortalecimento da aviação regional mude essa realidade.

Também presente à audiência, o diretor-presidente da Anac, Marcelo dos Guarany, acredita que a intenção do governo de abrir o setor para mais investimentos do capital estrangeiro possa contribuir para a diminuição no preço das passagens.

Fátima quer implantar centro de conexão em aeroporto no RN

Fátima Bezerra (PT-RN) disse que o Rio Grande do Norte tem todas as condições de sediar o centro de conexão de voos da Região Nordeste, a ser construído pela empresa aérea Latam (surgida da fusão da brasileira TAM com a chilena LAN). Além do estado, disse a senadora, também estão na disputa Ceará e Pernambuco. Porém, ela acredita que o Rio Grande do Norte é o mais bem preparado para receber o chamado *hub* da TAM.

A senadora acrescentou que tem muita esperança de que o estado seja o escolhido para sediar o empreendimento, que vai gerar 12 mil empregos diretos e receberá investimentos de bilhões de reais.

— Estamos convencidos que, pelo viés de natureza técnica, o Rio Grande do Norte é o que oferece as melhores condições. A começar por aquilo que ele tem de principal, seu diferencial mais importante, que é o próprio Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante — disse a senadora.

Paim apela em favor dos aeroviários e dos servidores gaúchos

Paulo Paim (PT-RS) pediu ontem que deputados e senadores analisem hoje os vetos presidenciais. Dessa forma, fica liberada a pauta para que o Congresso vote um projeto de crédito para o Ministério da Previdência pagar os benefícios dos aposentados e pensionistas do Aerus, fundo de pensão dos ex-funcionários da Varig e da Transbrasil.

— Isso não trará prejuízo para ninguém. O governo mandou para cá o dinheiro, via projeto. É só aprovar e os trabalhadores poderão receber aquilo a que eles têm direito, mediante decisão do Supremo — afirmou.

Paim lamentou ainda o parcelamento dos salários dos servidores públicos do Rio Grande do Sul, sendo que o primeiro pagamento, no caso dos servidores do Executivo, será no valor de R\$ 600.

O senador reclamou da fórmula e disse que, se ela for realmente aplicada, que o seja também para os servidores do Legislativo e do Judiciário.

Comissão debaterá atuação da inteligência em grandes eventos

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) marcou para 6 de outubro, às 14h30, audiência pública que fará um balanço da atuação da inteligência nos grandes eventos realizados no Brasil nos últimos anos, em especial os Jogos Mundiais Militares, a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude e a Copa do Mundo. Também será discutido o papel da inteligência na segurança dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Entre os convidados, está o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes.

Avança projeto sobre Dia da Amizade Brasil-Ucrânia

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes (CE) aprovou ontem substitutivo ao projeto da Câmara (PLC 134/2011) que institui data para celebrar a amizade Brasil-Ucrânia. A data deve ser 25 de outubro, lembrando a assinatura, em 1995, do Tratado sobre as Relações de Amizade e Cooperação entre o Brasil e a Ucrânia.

O substitutivo ao texto original, do então deputado Angelo Vanhoni, foi sugerido pelo senador Hélio José (PSD-DF). Como o projeto inicial citava 2011 como ano comemorativo da amizade entre os dois países, já ultrapassado, o relator alterou o objetivo.

Por ser um substitutivo e tra-

mitar na comissão em caráter final, o texto terá de passar por turno suplementar de votação. Aprovado, irá à sanção.

Na mesma reunião, a comissão aprovou também projeto do Senado (PLS 270/2014) que denomina Rondon-Roosevelt a ponte sobre o Rio Madeira, na BR-364, que liga os estados de Rondônia e Amazonas, entre os municípios de Porto Velho (RO) e Humaitá (AM).

O então senador Odacir Soares, autor da proposta, disse que a denominação visa homenagear os cem anos da Expedição Rondon-Roosevelt, liderada pelo marechal Cândido Rondon e por Theodore Roosevelt, ex-presidente

dos Estados Unidos, com o objetivo de explorar o curso do Rio da Dúvida (atual Rio Roosevelt), tendo por ideia a integração nacional daquelas áreas. A proposta, relatada por Ana Amélia (PP-RS), também foi votada em decisão terminativa e segue para a Câmara.

Um pedido de vista coletiva adiou a análise do PLS 95/2013, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para incluir critérios de assiduidade e inovação pedagógica na progressão funcional dos profissionais do ensino. A proposta, do ex-senador Vital do Rêgo, recebeu voto favorável do relator, João Alberto Souza (PMDB-MA).



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Edilson Rodrigues/Agência Senado